

Duas deputadas trans em guerra contra Trump

Erika Hilton e Duda Salabert acusam EUA de transfobia

Por Karoline Cavalcante

O viés conservador do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano) poderá gerar mais um incidente político e internacional. As deputadas federais Erika Hilton (Psol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), únicas parlamentares trans eleitas para o Congresso Nacional, denunciaram publicamente a emissão de vistos diplomáticos pelos Estados Unidos com o gênero masculino, em desacordo com seus documentos oficiais. As parlamentares acusam o governo norte-americano de adotar uma política transfóbica institucionalizada e anunciaram ações diplomáticas e jurídicas contra o país.

Na quarta-feira (17), Erika afirmou ter acionado o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e articula uma ação internacional contra Trump, responsabilizando-o diretamente por uma política “de transfobia de Estado” após a assinatura da Ordem Executiva 14168.

Ordem

A ordem, intitulada “Defendendo as Mulheres do Extremismo da Ideologia de Gênero e Restaurando a Verdade Biológica ao Governo Federal”, foi emitida por Trump em 20 de janeiro de 2025, dia de sua segunda posse. O documento estabelece o reconhecimento exclusivo dos sexos masculino e feminino, considerados “imutáveis desde o nascimento”, como diretriz oficial do governo federal americano.

Erika havia sido convidada para participar de uma conferência na Universidade de Harvard e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), onde



Erika Hilton pretende acionar Trump por transfobia

palestraria no painel “Diversidade e Democracia” no dia 12 de abril. No entanto, optou por não comparecer após receber o visto com a designação de gênero masculina. “É transfobia de Estado. Trump transformou o governo americano em uma máquina de perseguição a minorias”, declarou a deputada.

Ela também destacou que, em 2023, seu visto fora emitido corretamente, respeitando sua identidade de gênero, o que indica uma mudança diretamente relacionada à nova política do governo Trump. “O que me preocupa é um país estar ignorando documentos oficiais acerca da existência dos próprios cidadãos, e alterando-os conforme a narrativa e os desejos de retirada de direitos do presidente da vez. É uma política higienista e desumana que, além de atingir as pessoas trans, também desrespeita a soberania do governo brasileiro em emitir documentos que devem ser respeitados pela comunidade internacional”, afirmou Hilton.

Encontro

Interlocutores do Itamaraty informaram ao Correio da Manhã que receberam a demanda da parlamentar e estão em articulação para recebê-la assim que possível. O encontro deverá acontecer quando houver convergência de agenda com o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, e possíveis posicionamentos do governo brasileiro serão feitos a partir do resultado da reunião.

Também enfrentou problema semelhante ao tentar renovar seu visto, a deputada Duda Salabert. Convidada por uma organização internacional para um curso sobre desenvolvimento na primeira infância, em parceria com a Universidade de Harvard, Salabert teve sua identidade de gênero trocada no processo consular. “Desde então, temos tentado resolver o caso por vias diplomáticas, exigindo nada além do óbvio: respeito. Respeito à minha identidade, aos meus documentos oficiais — incluindo minha certidão de nascimento, que está no feminino. Essa situação

é mais do que transfobia: é um desrespeito à soberania do Brasil e aos direitos humanos mais básicos”, afirmou a parlamentar.

Salabert também demonstrou confiança na atuação do Itamaraty: “Esse ataque não é só contra mim e Erika Hilton. É uma afronta a todos os brasileiros e brasileiras que acreditam na dignidade, no reconhecimento e no direito de existir plenamente.”

Procurada, a embaixada dos Estados Unidos no Brasil afirmou que os registros de visto são confidenciais conforme a lei americana e que não comenta casos individuais. No entanto, confirmou que o país somente reconhece os sexos de nascimento. “A embaixada dos Estados Unidos informa que os registros de visto são confidenciais conforme a lei americana e, por política, não comentamos casos individuais. Ressaltamos também que, de acordo com a Ordem Executiva 14168, é política dos EUA reconhecer dois sexos, masculino e feminino, considerados imutáveis desde o nascimento”, disse a nota.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Escalação de Pedro Lucas Fernandes virou dúvida

Emendas separam líder do União de ministério

O atraso no pagamento de emendas parlamentares e não alguma discordância sobre a anistia é que fez subir no telhado a ida do líder do União Brasil na Câmara, Pedro Lucas Fernandes (MA), para o Ministério das Comunicações.

Anunciada pelo governo no último dia 9, a escolha de Fernandes esbarra na bancada e no presidente do partido, Antonio Rue-

da. Na dúvida, a nomeação está sendo tocada de lado e tratada como trunfo pelo União.

A não ida do deputado representaria um rompimento definitivo do partido, que nunca manteve uma relação de fidelidade com o governo.

Segundo um deputado, há emendas referentes a 2023, de execução obrigatória, que estão penduradas pelo governo.

Substituto

Fernandes ocuparia, como titular do ministério, a vaga de Juscelino Filho (MA), também do União Brasil. Ele deixou o governo após ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República por supostas irregularidades no uso de verbas de emendas parlamentares.

Porteira

Um divórcio abriria de vez as portas para o União apoiar a anistia para denunciados e condenados pela tentativa de golpe de Estado. Dos seus 59 deputados, 40 assinaram o pedido de urgência para o projeto. O governo tenta contornar a situação e evitar a debandada.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Líder do PL ironizou fala de Gilmar Mendes

Sóstenes tem saudade de juizes de outrora

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) ironiza a declaração do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, de que a anistia relacionada ao 8 de Janeiro pode ser considerada inconstitucional.

“Ai que saudades dos tempos em que magistrados brasileiros se manifestavam apenas pelos autos

(dos processos)”, afirma. Em entrevista a O Globo, Mendes declarou que a anistia seria uma “questão grave” ao anular decisões do STF.

Sóstenes diz não ver problemas na ocorrência de “diálogos institucionais” entre o STF e o Congresso, mas ressaltou que o Judiciário não pode se “imiscuir” no Legislativo.

Sem toga

Para ele, não é razoável que a corte discuta eventuais alterações no projeto de anistia que tramita na Câmara dos Deputados. Sóstenes afirma que, para tratar de assuntos políticos, um ministro do STF teria que, primeiro, “tirar a toga” e, depois, disputar eleições.

Calendário

Reafirma que, na reunião da próxima quinta-feira do colégio de líderes, vai cobrar do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a votação, em plenário, do pedido de urgência para o projeto da anistia. Diz que o requerimento tem que ser votado no dia 30.

‘Malandragem’

Presidente da Associação Nacional de Guardas Municipais, Reinaldo Monteiro diz o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), “fez uma malandragem” em relação à proposta de armar a Guarda Municipal: retirou a proposta de emenda à Lei Orgânica, mas manteve seu projeto.

Sem vínculo

No projeto, Paes cria grupalmente armado dentro da GM, que teria seu nome trocado para Força de Segurança Municipal. Parte dos agentes autorizados a usar armas seria contratada sem concurso, não teria vínculo com a prefeitura. Para Monteiro, isso seria inconstitucional.

Diretor da Abin presta depoimento à Polícia Federal

Por Karoline Cavalcante

O diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Luiz Fernando Corrêa, e o ex-diretor adjunto do órgão, Alessandro Moretti, prestaram depoimento à Polícia Federal na tarde de quinta-feira (17), no âmbito do inquérito que investiga um suposto esquema de espionagem ilegal. As oitivas ocorreram de forma simultânea, na sede da PF em Brasília, com o objetivo de evitar contradições nas declarações dos envolvidos.

Ao receber a intimação na última terça-feira (15), o diretor-geral da Abin emitiu uma nota à imprensa se colocando à disposição das autoridades competentes para prestar quaisquer esclarecimentos, “seja no âmbito administrativo, civil ou criminal, sobre os fatos relatados na imprensa e que remetem a decisões tomadas em gestão anterior da Agência”.

Investigação

Duas situações estão sendo investigadas. A primeira é a utilização política da agência, dentro do que ficou conhecido como “Abin paralela”, o uso da instituição para monitorar adversários. Embora a corporação tenha identificado que o uso ilegal da agência ocorreu durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que agiu com objetivo de monito-



Depoimentos foram simultâneos para evitar combinação

rar autoridades, jornalistas e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A PF apura se houve obstrução das investigações durante a atual gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Devido às suspeitas de envolvimento, Moretti — que ocupava o posto de número dois da instituição desde março de 2023 — acabou sendo exonerado por Lula em 30 de janeiro de 2024. Ele já integra os quadros da Abin antes da eleição do atual presidente e permaneceu devido à sua proximidade com Corrêa.

Paraguai

Além disso, em março deste ano, dois agentes da Abin afirmaram à PF que houve um ataque hacker aos sistemas do governo paraguaio. Segundo depoimentos divulgados pelo UOL, a ação teria como objetivo acessar informações privilegiadas sobre as negociações envolvendo as tarifas da Usina Hidrelétrica de Itaipu — Historicamente, o Brasil compra do Paraguai parte da energia gerada na usina.

Nas últimas semanas, o presidente Lula convocou Corrêa,

o diretor da PF, Andrei Rodrigues, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa — a quem o comando da Abin está subordinado — para uma reunião no Palácio do Planalto. Na ocasião, cobrou explicações sobre a operação de espionagem contra o Paraguai.

Quando as notícias vieram à tona, o governo brasileiro prontamente se desvinculou da operação. Uma nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores atribuiu integralmente a responsabilidade ao governo anterior. Segundo o comunicado, a operação foi autorizada em junho de 2022, durante a gestão passada, e foi oficialmente suspensa em março de 2023, assim que a nova equipe tomou conhecimento do caso. Destacaram que, naquele momento, a Abin estava sob comando interino, já que Luiz Fernando Corrêa, atual diretor-geral, ainda aguardava a aprovação de seu nome pelo Senado — o que aconteceu apenas no final de maio daquele ano.

“O governo do Presidente Lula reitera seu compromisso com o respeito e o diálogo transparente como elementos fundamentais nas relações diplomáticas com o Paraguai e com todos seus parceiros na região e no mundo”, destacou o Itamaraty.